

UNIVERSIDADE TIRADENTES

GILMACI ALVES DE SOUZA
GIZELLY MELO DE SANTANA
TAMIRES MATIAS DA SILVA

A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE

Propriá/SE
2013

GILMACI ALVES DE SOUZA
GIZELLY MELO DE SANTANA
TAMIRES MATIAS DA SILVA

A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE

Monografia apresentada à Universidade Tiradentes –
UNIT, como um dos pré-requisitos para a obtenção do
grau de bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof. Me. José Wagner Costa de Santana.

Propriá/SE
2013

GILMACI ALVES DE SOUZA
GIZELLY MELO DE SANTANA
TAMIRES MATIAS DA SILVA

A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE.

Monografia apresentada na Universidade
Tiradentes – UNIT, como requisito básico para a
apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso,
do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

Aprovada em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Me. José Wagner Costa de Santana
Universidade Tiradentes

Prof. Esp. Gilmara Rezende Cardoso Xavier
Universidade Tiradentes

Prof. Esp. Aline Cristina Santos Silva
Universidade Tiradentes

Paciência e perseverança têm o efeito mágico de fazer as dificuldades desaparecerem e os obstáculos sumirem.

(John Quincy Adams)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me deu forças para continuar nessa longa jornada de muitas dificuldades. Chegar até aqui, não foi uma tarefa fácil. Muitas vezes pensei em desistir, mas Ele esteve ao meu lado segurando minhas mãos, me dando capacidade de desenvolver todas as atividades realizadas em todo o tempo, não me desamparando em nenhum momento e assim, fui vencendo cada obstáculo encontrado no meio do caminho.

Aos meus pais Nilson Dias de Santana e Maria Aparecida Melo de Santana, que me deram a vida e me ensinaram a ser uma pessoa humilde e batalhadora. Os mesmos me deram todo apoio necessário para seguir em frente. Além disso, esse é um grande sonho deles que está sendo realizado, agradeço muito a eles por tudo o que fizeram e fazem por mim. Essa é apenas a primeira de muitas conquistas que conseguirei enquanto nesse mundo viver, pois, os meus sonhos o vento nunca poderá levar e aonde eu chegar tenho certeza que irei brilhar.

Ao Pastor José por sempre chamar minha atenção relatando que o estudo é essencial na vida do ser humano e por esse motivo é necessário seguir em frente sem desanimar.

Aos amigos que conheci na faculdade: Adalmiro Sobral, Glícia, Joyce Mendes, Marceline, Simone, que estiveram ao meu lado nos momentos tristes e alegres. O incentivo de vocês nunca foi em vão, pois vocês me mostraram que aquele que desiste no meio do caminho não consegue chegar a lugar nenhum. E se não fosse vocês, eu não teria continuado e muito menos chegado ao fim. Em especial, a minha melhor amiga de infância, Quézia Isis, por tudo que fez por mim nos momentos bons e ruins da vida, agradeço a Deus por ter formado nossa amizade e hoje sou o que sou porque me ensinaste a ser assim.

Aos Mestres, pelos ensinamentos, amizade, troca de experiência, pelos “puxões de orelha” que me acrescentou muito como pessoa. A minha supervisora de estágio, Fernanda

Silva Nascimento, em especial a Maria da Conceição Souza Mendonça e Patrícia Santos Silva que nunca me deixaram sozinha, passando a fazer parte da minha vida particular, sempre acreditando na minha capacidade. Mesmo com ambas ao meu lado, pensamentos negativos surgiam. Não era fácil dar a volta por cima tão rapidamente. Era necessário ir com calma e por não ter muita calma senti muitas dificuldades. Tudo que ouvia da parte delas servia de reflexão e foi assim que meus olhos se abriram para a realidade, ganhando forças para seguir em frente sem olhar para trás. O importante é lutar sempre, desistir jamais.

Os agradecimentos são extensivos a todos que de forma direta e indireta contribuíram para a realização deste trabalho, para os quais faço minhas as palavras de Augusto Cury, que assim diz: “Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar do que errar por omitir”.

Gizelly Melo de Santana

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por me conceder a vida por meio dos meus genitores, e que a realização deste trabalho só foi possível devido à intercessão d'Ele na minha vida. Ao me proporcionar sabedoria e discernimento para concretização desse ciclo.

Agradeço a minha mãe Maria Gilda Alves de Souza que esteve sempre ao meu lado, incentivando-me e ajudando-me desde o Ensino fundamental à Universidade. Neste momento, quero salientar que o sucesso pessoal e profissional tende a acontecer devido ao um bom alicerce familiar pautado no diálogo, educação e dedicação ao qual eu tenho a sorte e oportunidade de ter.

De modo especial, agradeço a minha filha Gabriele de Souza Melo, que esteve sempre ao meu lado nos momentos de dificuldades em algumas vezes esclarecendo minhas dúvidas e me ajudando sempre.

Agradeço aos meus irmãos que direta e indiretamente me ajudaram de alguma forma. Aos meus sobrinhos Gilmara e a Gilmarques que sempre me ajudaram. Obrigada por vocês existirem e fazerem parte da minha vida.

Por fim, agradeço a todos os professores que passaram por mim ao longo deste curso, aos colegas e familiares que torceram por mim. Para os quais apresento o meu muito obrigada. Na fala de “Chorão”, que assim diz: “Escute o que diz a sua alma. Leve a vida com um pouco mais de calma, deixe que o instinto mais puro te mostre o caminho. Quem tem fé sabe que não está sozinho, ponha fé no seu caminho.”

Gilmaci Alves de Souza

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que plantou em mim um sonho que hoje se realiza. Pelas chances que me foram dadas na vida, em especial ter conhecido pessoas e lugares interessantes, mas também por ter vivido momentos difíceis, que me serviram de aprendizado.

Minha mãe, Ivaneide Matias Alves, a você devo tudo que sou hoje. Nos ensinamentos da vida, foi mestre. Na minha caminhada, ensinou a agir com dignidade, honestidade e respeito. Como lição, aprendi ainda a ser responsável e humana. Com seus exemplos, aprendi a ser perseverante e justa. Com carinho, dedicação e amor, cresci. Sempre apoiada, aprendi a lutar e enfrentar os obstáculos. Amadureci. Dificuldades foram ultrapassadas, vitórias foram conquistadas e alegrias divididas. Pelo seu apoio desde toda trajetória, incentivo e por toda dedicação. Amo-te, sem igual!

A todos os amigos e familiares que compartilharam da minha caminhada e àqueles que mesmo distantes torceram por mim. Colegas de faculdade, não só pelo fato de conviver por quatro anos, mas, principalmente pelo fato de terem cruzado meu caminho, e, em especial às colegas Alessandra Melo, Paula Aline, Thyara Freire, por todo apoio. As minhas colegas de monografia o companheirismo e compreensão.

Mestre não é apenas lecionar, ser mestre é ser amigo, orientador, companheiro, caminheiro junto com o aluno, passo a passo; ser exemplo de dedicação, de doação, de amor e dignidade pessoal. É saber compartilhar os conhecimentos, auxiliar na busca da realização plena dos ideais profissionais. A todos os Mestres a minha gratidão e admiração. Por que: “Nenhuma atividade no bem é insignificante. As mais altas árvores são oriundas de minúsculas sementes.” Como bem disse o Mestre Chico Xavier.

Tamires Matias da Silva

A educação constitui-se um dos principais e ativos mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

Ministra Matilde Ribeiro

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a acessibilidade das pessoas com deficiência no município de Cedro de São João – Sergipe. A proposta de estudo surgiu a partir da vivência no município, em que foi perceptível a existência de algumas pessoas com deficiência física que não disponibilizavam de recursos apropriados para suas necessidades. Para a realização desse trabalho teve como base a pesquisa bibliográfica e de campo, que facilitou a obtenção de informações necessárias para identificar possíveis problemáticas quanto ao tema da pesquisa. A principal finalidade é compreender as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência. Foi utilizada uma abordagem qualitativa, quantitativa e pesquisa aplicada. O universo da pesquisa é composto por pessoas com deficiência. Tendo o universo da amostra cinco pessoas com deficiência física, que responderam de forma sucinta e clara todas as questões na entrevista e questionários. As análises de dados foram realizadas na cidade de Cedro de São João, com as pessoas com deficiência relatando sua opinião quanto à temática proposta e respondendo a questionários sobre o referente assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Pessoa com deficiência; Preconceito.

ABSTRACT

The present work has as its theme the accessibility of disabled people in the city of Cedro de São João - Sergipe. The proposed study arose from the experiences in the city, at which point it was noticeable that there are some people with physical disabilities who did not provide appropriate resources for their needs. For the realization of this work was based on the literature research and field, which facilitated obtaining information necessary to identify potential problems as the research topic. The main purpose is to understand the difficulties faced by the disabled. We used a qualitative, quantitative, and a dialectical method. The research consists of disabled people. Having the sample universe five disabled people who responded succinctly and clearly all questions in the interview and questionnaires. The analysis of data was performed in the city of Cedro de São João\ SE, with disabled people reporting their opinions on the proposed theme and respond to questionnaires about the subject matter.

KEY-WORDS: Accessibility; Person with disability; Prejudice.

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas e Técnicas.

BPC - Benefício de Prestação Continuada.

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

CF/88 - Constituição Federal de 1988.

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

PPD - Pessoa Portadora de Deficiência.

SAS - Secretaria de Atenção a Saúde.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O SERVIÇO SOCIAL E A ACESSIBILIDADE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA	16
2.1. O Serviço Social e os limites da acessibilidade humana.	16
2.2. Desafios estabelecidos para a integração das pessoas com deficiência.	23
3. ENTRE OS LIMITES DA INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE.....	27
3.1 O município de Cedro de São João e os desafios para assegurar a acessibilidade para as pessoas com deficiência	27
3.2. A população com deficiência no município de Cedro de São João.	32
3.3 A efetivação do processo de integração das pessoas com deficiência em Cedro de São João.....	38
4. À GUIA DA INTEGRAÇÃO POSSÍVEL	42
5. REFERÊNCIAS.....	45
6. ANEXOS.....	47
7. APÊNDICES.....

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o título “A acessibilidade das pessoas com deficiência no município de Cedro de São João/SE”, se constitui em uma contribuição para verificar a implantação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, com a realização da pesquisa, o objetivo geral é o de estudar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no seu dia a dia para se locomover, comunicar e ser inseridos no âmbito social após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Segundo Ribas (2011), as pessoas com deficiência e as que não têm aprendem umas com as outras, e conseguem extrair da relação algo que possa enriquecer o conhecimento mútuo, mediante o convívio em conjunto ao invés de separar, ou o que alguns autores denominam de segregação. Muitos não compreendem que a vida em conjunto fortalece o convívio no seu cotidiano. Favorecendo de forma significativa as suas necessidades e deficiências.

O que instigou a pesquisa foi a curiosidade de conhecer a realidade das pessoas com deficiência do município de Cedro, com o intuito de averiguar a condição social de integração, inclusão e exclusão dessa parcela da população cedrense.

A pesquisa em si parte para uma atenção maior e detalhada, por representar uma parcela importante do que se quer como discussão e solução em referência a acessibilidade, destacando o histórico das dificuldades encontradas no Brasil e no mundo. Por fim, esses fundamentos levam a compreender as possíveis dificuldades das pessoas com deficiência para serem inseridas em meio a sociedade e no mercado de trabalho.

No que diz respeito à análise de dados, efetivou-se o estudo em conteúdos teóricos e pesquisa de campo para compreender e verificar a acessibilidade no município referido. Para realização da pesquisa, utilizou-se a metodologia qualitativa obtendo uma compreensão e construção da realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência no seu cotidiano e quantitativa com o intuito de mensurar a quantidade em números, informações necessárias para a análise de dados.

O trabalho levanta algumas dúvidas: como se dá a integração das pessoas com deficiência no convívio social? Como se estabelecem as Políticas Públicas e a rede de assistência voltada para os deficientes? Quais as maiores dificuldades encontradas entre as pessoas deficientes no município?

Diante desses questionamentos têm-se como metas: verificar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no município; discutir como se estabelecem as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência em Cedro de São João.

Por meio dos objetivos específicos buscou-se estudar na pesquisa se as Políticas Públicas do município realmente atendem as demandas das pessoas com deficiência, como também avaliar os serviços, programas e projetos existentes no município de Cedro de São João.

Para desenvolvimento do tema foi utilizada a pesquisa aplicada, onde a coleta de dados se concretiza com a entrevista semiestruturada, fortalecendo o resultado almejado, podendo modificar ou acrescentar a parte das questões propostas pela entrevista. As categorias de análise serão acessibilidade, políticas públicas e exclusão social.

O universo da pesquisa foi composto por pessoas com deficiência, tendo como a mostra 05 (cinco) deficientes físicos residentes no município de Cedro de São João.

Espera-se contribuir, no que diz respeito a melhor compreensão da realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência física em meio à sociedade exercendo a plenitude dos seus direitos a vida, dignidade e igualdade, não esquecendo que cabe ao Estado providenciar e implementar políticas públicas voltadas para diminuição do preconceito, inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

O trabalho está dividido em dois capítulos: no primeiro capítulo faz-se uma contextualização histórica sobre a relação entre o Serviço Social e a Acessibilidade das pessoas com deficiência. A discussão é centrada na concepção do que e como é que realmente se dá a integração dessas pessoas no meio social; No segundo capítulo, o debate destaca as condições sociais e os limites estabelecidos, da e na sociedade, para com as pessoas com deficiência, com a discussão de: Entre os limites da integração das pessoas com deficiência do município de Cedro de São João.

2. O SERVIÇO SOCIAL E A ACESSIBILIDADE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo é feita a análise e a correlação do serviço social com a acessibilidade de pessoas com deficiência, tendo em vista a interpretação da integração em seu conceito, suas peculiaridades, consequências e expressões, como também os fatores que não levam a sua existência.

No primeiro momento são apresentadas as diversas abordagens sobre o termo acessibilidade, seguindo-se com a análise sobre as peculiaridades inerentes à ocorrência da integração da acessibilidade, e ao final serão apresentados os pontos mais preponderantes da acessibilidade de pessoas com deficiência, que são as possíveis consequências decorrentes da falta da inserção das políticas públicas no município.

Uma vez que: o poder público desse município se isenta das suas responsabilidades e atribui à outros atores sociais, como a família é possível verificar uma série de lacunas, na atenção aos deficientes físicos. Entre esses indicadores se incluem: a ausência na disposição de rampas que facilite a acessibilidade nas vias públicas compatíveis com cada tipo de deficiência; as falhas no processo de educação, causando aos deficientes um deslocamento indesejável ao município mais próximo Propriá, acerca de 04 km de distância, que vão em busca de um aprendizado, proveniente das suas necessidades.

2.1. O Serviço Social e os limites da acessibilidade humana.

Em meados de 1973 nos Estados Unidos, aconteceram as primeiras discussões sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência, culminando na criação da Lei de Reabilitação, dando início a todo um processo sobre as adaptações em locais de trabalho, lazer e escolas.

Com o início Segunda Guerra Mundial e final da Guerra do Vietnã, muitos soldados que regressavam como seres magnânimos, estavam mutilados ou com outras sequelas físicas e psíquicas necessitavam de um ambiente que os recebesse de forma adequada para o processo de reinserção social.

Foi na década de 1980 que as discussões sobre Acessibilidade tiveram grande destaque. Ainda nos EUA, foi criado o Ato dos Americanos com Deficiência (AAD), traduzido do nome original a Americans with Disabilities Act (ADA), que é uma espécie de lei

civil que possibilita a acessibilidade em todos os aspectos tais como no trabalho, edifícios e transportes públicos, para todos os americanos que apresentassem problemas decorrentes de sua participação nas duas guerras.

Em 1981 a Organização das Nações Unidas - ONU pactuou esse ano como Internacional da Pessoa com Deficiência Física. Em 1993 foram publicadas as normas sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência sorteando a Acessibilidade como uma área relevante para a igualdade de participação.

No Brasil, a primeira Norma Técnica surgiu em 1994, a NBR 9050, com o título: “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos Urbanos”. Com nova conceituação realizada em 2004, o título dessa norma foi modificado para “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, continuando uma evolução conceitual mundial da acessibilidade como recurso para qualquer pessoa e não somente para a pessoa com deficiência. Assim, passou-se a considerar a Norma como NBR 9050/2004 considerada a mais completa, ao estabelecer os principais critérios a serem observados, como procedimentos facilitadores para acesso de deficientes.

Sem o precedente e impulso histórico de soldados vindos das guerras, como aconteceu nos EUA; no Brasil, o planejamento de construções nas grandes cidades não tinha como premissa a acessibilidade. Mesmo os mais renomados engenheiros e arquitetos, a exemplo de Oscar Niemeyer, não consideravam adequar a harmonia entre os projetos arquitetônicos e a possibilidade de um projeto de vida visando à diversidade humana.

Até a década de 1970, ainda não havia informações nem estudos, suficientes sobre a acessibilidade. Para os padrões de vida da sociedade brasileira, um dos indicadores sociais adotados no planejamento urbano era a expectativa de vida, que no período alcançava os 54 anos, e talvez nem o próprio Niemeyer imaginasse viver tanto, caso contrário teria projetado suas rampas mais suaves.

De acordo com a Lei nº 10.098 de dezembro de 2000 compreende-se por acessibilidade a possibilidade e condição de alcance para a utilização segura e autônoma, dos espaços acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida sendo eles mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

Considerando essa afirmação, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS vem desenvolvendo ações que visam a acessibilidade das pessoas. E a partir da adesão a campanha Acessibilidade, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com

Deficiência – CONADE vem realizando ações que possibilitem que todos tenham acesso à informação e acessibilidade.

O modelo social da deficiência surgiu da opressão imposta pelo capitalismo às pessoas com deficiência. Com base nos ensinamentos de Santos (2008) que ressaltas afirmações de Barton e Oliver (1997), essa tese considera que o modelo social pressupõe que um corpo com lesões não seria apto ao regime de exploração da mão de obra e aos padrões fabris de comportamento de que o capitalismo necessita.

Por sua vez, a proposta é apresentada por Foucault (1986), para o qual, o padrão emergente sobre a expectativa do sujeito ideal necessário ao modelo de produção capitalista exige um tipo de sujeito com corpo hábil às novas atividades e práticas fabris, para as quais a força física se torna fundamental e imprescindível em suas execuções. Nesse sentido, o sujeito produtivo ideal, necessário ao capitalismo, não incorpora o deficiente.

Com as exigências capitalistas, o modelo social da deficiência vem justificar que o deficiente físico sofre com essas exigências impostas pelo avanço tecnológico. Como o capitalismo gira em torno da ampliação e reprodução do capital, a utilização da força de trabalho, dos deficientes físicos, por vezes se constitui em fator limitante.

Segundo teóricos, as pessoas com deficiência física sofrem com a incompatibilidade entre o corpo com lesão e as exigências impostas pelo capitalismo. Dando a entender as pessoas com deficiência que eles são um ser inútil a nova forma como a sociedade impõe aos meios de produção. Em outras palavras, incapaz de oferecer ao mundo atual do capitalismo o potencial de produção, em que o deficiente físico acaba sofrendo com a não integração tanto do mercado de trabalho quanto da própria sociedade. Em que as exigências vigentes do sistema capitalista, culminando no sentimento de incapacidade por parte das pessoas com deficiência.

Dessa forma, o estado enquanto regulador das relações de trabalho, a exemplo do que vem elevando o Governo brasileiro, considera que os deficientes físicos podem colocar em prática suas habilidades e competências; de modo compatível, com as atividades e desenvolver bons trabalhos. Perspectiva, que se apresenta como possibilidade de se alcançar a igualdade para todos os trabalhadores. Já que os direitos são iguais e devem ser cumpridos conforme estabelece, no caso do Brasil, o princípio defendido na Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, em seu art. 2º, que cabe ao poder público nas diferentes instâncias:

“[...] assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao

trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989).

Hoje em dia é cada vez mais habitual encontrar pessoas com algum tipo de deficiência. Mesmo assim, o que realmente é perceptível com frequência é que poucas são as mudanças ocorridas para a inclusão das pessoas com deficiência. Portanto, se faz essencial a intervenção do profissional de Serviço Social para garantir e assegurar às pessoas com deficiências como a todos os cidadãos os direitos sociais que são garantidos por lei, por meio das políticas públicas e programas sociais o acesso à cidadania igualitária a todos que dele precisar.

Como diz Robert Castel (1998), “o trabalho não é uma simples técnica de produção, é sim um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, com o qual há forte correlação entre a função ocupada na divisão social do trabalho, a participação nas redes de sociabilidade e os sistemas de proteção às pessoas com deficiência diante dos acasos da existência.”.

No ponto de vista de Castel (Op. cite), a pessoa com deficiência enfrenta os duplos efeitos da vulnerabilidade social, tanto pela dificuldade por conta das lesões, resultado do isolamento e exclusão ao não fazerem parte da sociedade propriamente dita, como produtiva meio de processos de civilidade promovidos pelo mundo do trabalho sendo eles não reconhecidos pela sociedade como um ser produtivo.

Mediante a problemática analisada, tudo isso faz com que as pessoas com deficiência sejam limitadas a produzir pequenas ações quando na verdade tem boas habilidades para construir bons trabalhos. Com isto seus sonhos tornam-se frustrados e não chegarão a lugar algum, pois, são visto como seres inadequados para atuar em meio a sociedade, e até sua própria mente também chega a pensar da mesma forma e os mesmos não sentem mais vontade de buscar novos rumos para suas vidas.

As pessoas com deficiência são cidadãos que necessitam ser vistos com um olhar especial e igualitário, ou seja, como um vitorioso, e com os mesmos direitos e deveres legais e sociais.

As primeiras dificuldades são encontradas dentro de suas próprias casas quando as famílias não sabem ou sentem medo de interagir com tal situação, mas toda cautela e cuidado deve começar na família, comprovando que é na mesma que encontramos o alicerce necessário para o fortalecimento do ser humano para enfrentar o preconceito na sociedade, sendo ela de extrema importância para o desenvolvimento da personalidade humana.

Se a família não der o apoio que eles necessitam, ficará muito mais difícil e doloroso enfrentar as dificuldades atribuídas pela sociedade, tornando-se a primeira a não aceitar-se. Dessa forma nunca será exercida, no meio em que se vive, a inclusão social, já que a mesma parte de uma sociedade adpta a limitações, sem preconceitos, barreiras e discriminação. De modo que, todas as pessoas com deficiência possam viver em liberdade, numa cidade mais justa e humana.

Para que isso seja realizado, a população deve ser modificada, compreendendo as necessidades de cada pessoa diferentemente de classes sociais, passando a enxergar para o futuro com um olhar mais igualitário.

Segundo Bartalotti (2006), a busca da inclusão social tornou-se, atualmente, um tema central nas discussões em vários âmbitos da sociedade. Vivemos um momento em que as desigualdades são brutais, a intolerância é a tônica em muitos momentos, gerando situações sociais de confronto que, obviamente, causam desconforto.

Na visão de Bartalotti (Op. cite) a inclusão é essencial e deve fazer parte do nosso cotidiano. Ocorre que, infelizmente o ser humano não consegue colocar em prática, não vive unido uns com os outros, não pensam em fazer a diferença. Todos estão sempre querendo ser melhor do que o outro e assim acaba gerando confronto e desconforto entre ambos no meio em que vivem. Com esta linha de pensamento é praticamente impossível obter êxito em relação à inclusão na sociedade, muito pelo contrário, torna-se crescente o sofrimento para quem necessita de atenção e cuidados especiais.

Para obter melhores condições sociais e de vida com qualidade, o processo de organização da população deve ser por meio da participação popular de tais formas: participando dos conselhos, conferências, contribuindo com o controle social, não apenas elegendo candidatos municipais, estaduais e federais. Podendo assim reivindicar seus direitos, fiscalizando a atuação política, opinando e participando de fato na construção das políticas públicas, tendo em vista que a população é a maior conhecedora de suas reais necessidades.

Vale ressaltar que, além disso, é preciso que se obtenha um trabalho árduo de reeducação da população para que as pessoas com deficiência tenham efetivamente seus direitos garantidos e o pleno acesso a cidadania. Tendo em mente que esses indivíduos necessitam primeiramente do respeito por parte da população para usufruírem de fato do que lhe é de direito.

Apenas dessa forma as pessoas com deficiência poderão principiar o desejo de estar em convívio com outros indivíduos e pouco a pouco colocar em prática o que sabem desenvolver,

revelando para a sociedade em geral, que da forma que são podem fazer sua parte. Basta que tenham oportunidade e a vida deles conseqüentemente irá melhorar e sucessivamente driblarão as dificuldades, podendo ter mais força de vontade para sobreviver, de está em interação social, de estudar, sair de casa, brincar, e sorrir. Nenhum deles escolheu nascer dessa forma e levar a vida com tantas dificuldades, mas mesmo com tudo o que vivenciam agradecem por cada pequena superação que conseguem, sempre acreditam que um dia as coisas vão melhorar e seus sonhos poderão ser realizados.

A deficiência física além de impossibilitar o cidadão de certas ações, pode também afetar o dialogo, dificultando ainda mais a sua vida, tornando-o excluído da convivência com outras pessoas quando na verdade são homens e mulheres comuns que são dignos de uma atenção especial. Muitas vezes a população é intolerante em relação ao que vê das pessoas com deficiência, esquecendo que ao serem inseridos seja no mercado de trabalho, nas escolas, nas conversas de uns para com os outros, a vida tende a uma melhora progressiva.

De acordo com Sasaki (1997), “as pessoas que possuem necessidades especiais, além dessas necessidades, elas também possuem as necessidades inerentes a qualquer ser humano. Entretanto, existem muitas barreiras para que estas pessoas possam tomar parte ativa na sociedade.”.

O que Sasaki (Op. cit.) menciona é que é possível encontrar nos dias atuais uma sociedade preconceituosa em relação as pessoas com deficiência, impossibilitando o convívio no seu cotidiano, tornando-lhe uma tarefa muito complexa de realizar, mediante tamanho detrimento. O preconceito é algo que existe desde os primórdios, pois os preceitos religiosos se fizeram existentes para distanciar as pessoas normais daquelas com problemas físicos e mentais, ou seja, “diferentes”.

Segundo Montaim (1988), essas pessoas tinham concepção de que todos os humanos deviam ser a imagem e semelhança divina. Isolando assim os que não possuíam essas características por não possuir a condição humana e eram considerados como obra do demônio, enquanto os “normais” eram tidos como obra divina, usufruindo de uma vida desprovida de preconceitos.

No século XVIII, as concepções acerca da deficiência eram necessariamente ligadas ao misticismo e o cultismo, pois ainda não havia essência científica para uma visão mais clara desta realidade. Nessa época o conhecimento era restrito e poucos eram privilegiados em saber sobre as deficiências e por não ter acesso a informações, procediam rigidamente. As

pessoas com deficiências eram marginalizadas e abominadas de todos os ambientes e convívio social causando grande transtorno.

Apenas a partir do século XX, as pessoas com deficiência começaram a ser consideradas como cidadãs, portanto sujeitos sociais, passivos a erros e acertos, direitos e deveres na sociedade. Dessa forma, passa a predominar a ideologia dominante, que defende a idéia de inserir deficientes na sociedade, com a pretensão de assimilar as condições do dia a dia, aproximando-se do caráter assistencialista e benevolente.

Surgiu em 1960 no Brasil, uma manifestação composta por familiares com o objetivo de fortalecer essa causa, considerando como ponto de início a defesa por uma educação especial.

A educação especial ocorreu no Brasil pela primeira vez conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, a Lei nº 4.024/61, focalizando a educação dos excepcionais no sistema geral possível. Cenário totalmente diferente do que estabelecia a Lei nº 5.692/71, que determinava critérios para a educação especial, somente nos casos dos alunos que aparentassem deficiência física ou mental e os superdotados.

Neste trabalho é sustentada a tese de que só é possível a promoção da inclusão, ou da integração social plena, mediante o que estabelece a CF/88, considerando que o princípio constitucional serve de referência legal para as ações desenvolvidas na sociedade. Assim, cabe estabelecer que desde o Brasil Império em 1824, a educação tornou-se um direito de todos os brasileiros. Esse direito foi assegurado nas demais constituições, a exemplo das Constituição de 1934 e 1937.

Esse cenário se amplia com a aprovação, também em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, na qual é firmado o princípio da não discriminação social dando destaque ao direito de toda pessoa à educação. Dessa forma a educação especial começou a ser adotada no século XVI, por médicos e pedagogos. A priori, a educação especial era destinada apenas às pessoas que apresentassem alguma deficiência e eram tratados em locais diferenciados tais como: manicômios e asilos.

Na assistência social, o cuidado com as pessoas com deficiência envolve conjunto de ações que promovem a integração e proteção social às pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social, sendo regulado pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, abrangendo:

- Informação e instrução aos deficientes e seus familiares;
- Suporte técnico para a inclusão de crianças, adolescentes e adultos com deficiência nos diversos serviços da Secretaria de Atenção a Saúde - SAS;

- Reabilitação social por meio de convênios com instituições sociais especializadas que propõem programas de sociabilização, profissionalização e capacitação profissional para pessoas com deficiência;

- Apoio e orientação sócio-familiar para familiares de pessoas com deficiência.

Os princípios esclarecidos na Lei são ampliados e regulamentados com a elaboração e sanção presidencial do Decreto Federal nº 5.085, de 19 de maio de 2004, por vez, define as ações contínuas de assistência social que visam ao atendimento periódico e sucessivo, notadamente, às pessoas com deficiência.

Segundo Yamamoto (2013), “compete ao Assistente Social que atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação, relações familiares, infraestrutura urbana, etc.” A efetivação do profissional de serviço social é a partir dessas expressões concretas no cotidiano da vida dos indivíduos. Daí parte a integração das pessoas com deficiência na sociedade, sendo vistos como seres produtivos. Por meio dos direitos dos cidadãos, todos têm direito a melhor qualidade de vida. Vale lembrar a importância da família na construção psicológica desses seres, que sofrem o preconceito em todo segmento social.

2.2 Desafios estabelecidos para a integração das pessoas com deficiência.

Nos últimos tempos, é cada vez mais frequente encontrar pessoas com deficiência que desejam fazer parte do mercado de trabalho, sendo que na maioria das vezes torna-se complicado, mas não impossível. Sendo perceptível que muitas delas já superaram essas barreiras e hoje já ganham destaque em algumas áreas como, por exemplo: música, esporte e cidadania, dentre outras. São homens e mulheres que possuem objetivos a serem cumpridos, e nunca desistem ainda que a tarefa seja árdua, as pessoas com deficiência continuam em busca de superar os obstáculos encontrados.

Grandes foram as lutas que as pessoas com deficiência tiveram de enfrentar para alcançar suas conquistas em meio à sociedade e ambas conseguiram. Hoje são amparadas por leis que defendem o acesso ao trabalho, as escolas e aos demais ambientes que necessitarem estar. Além disso, devem ser tratadas com cuidado e respeito, e os locais devem estar adequados para receber as pessoas com deficiência que ali chegarem.

Mas falar sobre a efetivação da integração da pessoa com deficiência física, nada mais é que relatar desafios que ainda são impostos pela sociedade. O deficiente físico sempre foi alvo de muita discriminação e preconceito por não serem “normais”.

A exclusão ainda existe por parte da sociedade. Isso acontece principalmente em grandes metrópoles, pois privações ainda delineiam a vida das pessoas com deficiência física, causando barreiras que impossibilitam a participação ativa na vida em sociedade em que algumas regiões a cultura não teve grande evolução.

É preciso que a sociedade passe a compreender as necessidades das pessoas com deficiência passando a ser inadmissível preconceitos, barreiras sociais, discriminações, tornando-se inclusas no sentido de possibilitar respeito em suas condições, podendo assim, viver em uma sociedade mais justa e humana, dando-lhes a oportunidade de evoluir mentalmente.

Com a edição da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a sociedade brasileira passou a estabelecer normas e critérios de referência para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Entre as normas e critérios a serem superados, merecem destaque, a superação de obstáculos nas vias e espaços públicos, na mobilidade urbana, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação. Este princípio é indicado no artigo primeiro da lei (BRASIL, 2000).

Já em seu segundo artigo, a lei estabelece as definições que envolvem novos princípios reconhecidos pela sociedade, como o de acessibilidade e barreira, assim as definidas:

- ✓ **Acessibilidade:** é a possibilidade ou condição dada pela sociedade para que as pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida possam alcançar livremente ou utilizar de modo seguro e autônomo, os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, as edificações, os meios e sistemas de transportes e comunicação;
- ✓ **Barreiras:** são contemplados neste item todo e qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, com ou sem deficiência, isto é, nenhum obstáculo deve ser criado na sociedade de forma a servir como barreira para todos os cidadãos. Por sua vez, as barreiras podem ainda ser classificadas em:
 - a) **Urbanísticas:** que se fazem presente nas vias e espaços de uso público;
 - b) **Edificações:** que são existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
 - c) **Transportes:** que são existentes nos sistemas de transportes;

- d) **Comunicações:** qualquer entrave, obstáculo, dificuldade a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

Com base na Lei, é importante e necessário que as políticas públicas estejam voltadas para garantir às pessoas com deficiência, os direitos que lhe são assegurados. E que em todo e qualquer espaço público ou privado, como empresas, escolas, edifícios, praças, transportes, estejam apropriados para receber esses indivíduos, sendo todos iguais perante a lei.

Educação de qualidade além de ser um direito de todos, e dever do Estado, deve possibilitar o atendimento educacional as pessoas com deficiência, como dever de estado e o atendimento educacional especializado ofertado para as pessoas deficientes, deve acontecer, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

É importante e faz-se preciso que as pessoas com deficiência tenham uma qualificação profissional conveniente a uma tarefa ou função que deseja executar. Para isso acontecer é essencial que tenhamos profissionais de qualidade para o atendimento dessa demanda. A ausência de discernimento na sociedade e dos órgãos públicos torna a deficiência física um peso, um problema, tanto para as pessoas com deficiência quanto para os responsáveis.

O estigma da deficiência é preocupante, pois faz com que as pessoas com deficiência se tornem seres inaptos e indefesos, colocando-os sempre a margem dos seus direitos, totalmente em segundo lugar causando constrangimento, acanhamento e exclusão. Portanto as pessoas com deficiência física necessitam de um olhar diferenciado, ou seja, cuidados e orientações especiais e acima de tudo igualitário e respeitoso, porque intermediam o processo de inclusão e integração desses seres com a sociedade.

Os empecilhos para sensibilizar a sociedade são grandes. Mas diante dessas dificuldades sempre acontecem ações intermediadas pelo governo e a iniciativa privada que acabam sendo espessas, superpostas, separadas e direcionada a um número reduzido de usuários sem modificar a situação vigente de exclusão.

Salientando, o grande problema é não existir um padrão a ser inserido nos estados e municípios, para a efetivação da política de inclusão viabilizando a acessibilidade, saúde, educação, cultura dentre outros. Objetivando proteger o direito das pessoas com deficiência.

De acordo com a Lei de Cotas que especifica a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas, está sendo notável que está acontecendo uma maior inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mesmo não acontecendo com espontaneidade por parte

dos contratantes. No entanto, devemos nos manter atentos, porque essas pessoas com deficiência estão sendo contratadas de uma forma subordinada, uma vez que muitas empresas não acreditam e investem na capacitação desses, de tal modo considera as pessoas com deficiência seres incapazes e inferiores.

Portanto não cruzemos os braços esperando que esses direitos aconteçam, porque jamais irão acontecer sem que haja uma luta em prol desta causa. No entanto, devemos lutar pelos direitos das pessoas com deficiência nos conscientizando que é uma luta de todos por igualdade e oportunidade em todos os segmentos, em que significará torná-los participantes da vida social. Asseverando o respeito aos seus direitos no campo da sociedade e do poder público, tendo como primordial fundamento o vigor dos direitos das pessoas com deficiência estando ligada diretamente aos direitos humanos, fundamentado de acordo com a Declaração da ONU- Organização das Nações Unidas, de 1948 que todos são iguais.

3. ENTRE OS LIMITES DA INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Cedro de São João, na qual a coleta de dados se deu mediante questionário semi-estruturado, entre deficientes, pais e familiares, somando um total de 05 voluntários, que responderam de forma objetiva os itens perguntados na visita realizada no dia 18 de outubro do corrente ano.

O município tem o dever de integrar as pessoas com deficiência e não como estamos acostumados a presenciar o processo tão somente de inclusão. Por ter um grande índice de pessoas com deficiência, cabe ao poder público inserir uma política voltada para essas pessoas que possuem uma história de vida, com seus anseios, qualidades, dificuldades, possibilitando o seguimento de manter um convívio social. Então é necessário compreender as dificuldades, reconhecer e respeitar as contradições e divergências existentes para manter um ambiente saudável.

Possibilitando uma melhor qualidade de vida, tornando possível todo o processo de integração, viabilizando os recursos cabíveis, fazendo valer os seus direitos em que concederá uma melhor qualidade de vida no seio familiar como também no âmbito social.

3.1 O município de Cedro de São João e os desafios para assegurar a acessibilidade para as pessoas com deficiência

O presente trabalho de conclusão de curso realizado no município de Cedro de São João, estado de Sergipe, tem como intuito mostrar a realidade de algumas pessoas que possuem deficiência e têm dificuldades na integração do meio social.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 1.015 de 04 de outubro de 1928, que de acordo com o censo 2010 (IBGE), apresentava uma população total de 5.633 habitantes, uma dimensão de 83,710 km², com densidade demográfica de 67,29 por quilômetro quadrado. Sua população rural é de 598 hab. e urbana de 5.035 pessoas.

Cedro de São João é um município brasileiro do estado de Sergipe localizado na região Leste do Baixo São Francisco, fazendo fronteira com os municípios de Propriá, Telha, São Francisco e Malhada dos Bois. O acesso a capital Aracaju é feito por rodovia pavimentada em

um percurso de 94 km via BR 101. É o maior produtor de carne-de-sol do Estado e se destaca no artesanato de ponto-de-cruz.

Quanto aos Serviços da educação, o município possui duas escolas municipais, uma estadual, e duas privadas, porém ambas não são adaptadas para receber pessoas com deficiência. As mudanças ocorridas para a integração das pessoas com deficiência são muito poucas e, além disso, não se tem nas ruas as sinalizações necessárias nem rampas que facilitem o acesso aos diversos locais existentes na cidade, como padarias, supermercados, farmácias, lojas e prefeitura.

Sendo assim, todo cidadão que desejar comprar algum objeto ou resolver alguma situação na prefeitura tem que aguardar do lado de fora, causando uma situação de total desconforto.

O surgimento do Serviço Social na política de saúde no município aconteceu na Secretaria Municipal de Saúde, e somente em Janeiro de 2013 foi que passamos a contar com o quadro de Assistente Social na Saúde. Nela o trabalho é realizado em várias instituições, por exemplo: Unidade Mista de Saúde localizado na entrada de Cedro e a Unidade Juraci Ramos Rocha localizada próxima igreja, ambas possuem rampas facilitando a locomoção das pessoas com deficiência.

A assistente social vem desenvolvendo várias atividades que fortalecem e defendem os direitos dos usuários, uma delas é a questão do atendimento não-planejado, ou seja, atende de forma inesperada as urgências e emergências que envolvem a saúde do usuário. Outro instrumental bastante utilizado é a questão dos encaminhamentos para médicos, enfermeiros, agente comunitário de saúde, e, além disso, são feitas algumas visitas domiciliares para as pessoas que não tem condições de se locomover até a unidade de saúde.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, que é o benefício da Assistência Social e não da Saúde, também é utilizado pela assistente social atualmente. Primeiramente a assistente social orienta quais os critérios para o recebimento do benefício, as condicionalidades e não condicionalidades pertinentes ao benefício. Informando também quais são os documentos necessários para a aquisição do benefício. A atribuição da assistente social é instruir e encaminhar, mas como sabemos a situação do usuário na maioria das vezes não é propícia para se locomover até o INSS e falar o que deve ser falado. Às vezes faz-se o acompanhamento no INSS, mesmo na avaliação social quanto na perícia médica são pessoas com deficiências tanto mentais como físicos, e idosos a partir de 65 anos.

No caso de Cedro de São João, o maior índice é de pessoas com problemas mentais, o que preocupa bastante pelo fato do município ser de pequeno porte e não possuir instituições sociais de interesse público que atendam as demandas dessas pessoas com deficiência. Foi relatado recentemente que será criado o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Regional em Canhoba, que atenderá também os municípios de Amparo e Cedro, e alguns outros. Após ser criado, vai atender as pessoas com deficiência de Cedro e isso ajudará bastante na questão do encaminhamento e tratamento dos usuários.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos possuem 04 usuários com deficiência intelectual, sendo que ambos são beneficiários do BPC/LOAS. Eles são inclusos e participam das atividades junto aos não beneficiários do BPC e apresentam-se participativos. Tem toda atenção dos Educadores Sociais do serviço.

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos possuem 13 usuários com deficiência, sendo 06 com deficiência intelectual, 03 surdos, 02 surdos-mudos e 02 pessoas com deficiência físicas, todo são beneficiários do BPC/LOAS. Eles são inclusos nas atividades junto aos não beneficiários do BPC e apresentam-se participativos e frequentam sempre que tem algum encontro do grupo. Mensalmente, em média, 07 pessoas buscam o atendimento da Assistente Social do CRAS a fim de serem orientadas sobre o BPC/LOAS.

O CRAS no geral não possui dispositivos de adaptação para pessoas com deficiência física, nem mesmo profissionais formados e capacitados em Libras, para se comunicar com os surdos. Porém, segundo a Assistente Social estão sendo tomadas providências para a adaptação física do CRAS.

Também é importante ressaltar que o município aderiu recentemente ao BPC na Escola, por meio do qual serão avaliadas as medidas necessárias para a inclusão na escola de pessoas de até 18 anos que possuam deficiência, sendo que será um profissional do CRAS o responsável pela coordenação do mesmo, e assim será aproveitada a oportunidade para se trabalhar melhor com este tipo de usuário, realizando-se as adaptações possíveis para tanto, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistencial Social.

É necessário ser inserido no CRAS rampas e banheiros apropriados que facilitem o acesso das pessoas com deficiência, já que na maioria das vezes participam de encontros em grupos. Também é preciso que a Assistente Social faça visitas domiciliares para averiguar principalmente como anda a situação daquelas pessoas que não podem se locomover e não

esperar que alguém da família tome a iniciativa de levá-los ao CRAS para conseguir obter a ajuda necessária para o deficiente.

Há no município um elevado número de pessoas surdas e algumas delas frequentam o CRAS, portanto, é essencial que se tenham profissionais especializados, ou seja, formados em Libras, e dentre outros, para que haja uma comunicação com essas pessoas, não as deixando de fora sobre o que acontece no momento em que estão presentes nas atividades existentes no local.

Somente dessa forma as pessoas com deficiência poderão obter uma notável melhoria na qualidade de vida e quem sabe relatar futuramente que os projetos elaborados pela Secretaria Municipal de Assistência Social não ficaram apenas nos papéis, mas sim colocados em prática na tentativa de melhorar a situação atual do município.

Com base na Lei nº 7.853, de dezembro de 1989, cabe aos Órgãos e às Entidades do Poder Público assegurar à Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), o pleno exercício de seus direitos básicos, e de outros que decorrentes da Constituição e das Leis, proporcionem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

É considerada como Pessoa com deficiência, a que se enquadra como deficiente físico, auditivo, visual, mental ou com múltiplas deficiências.

Considera-se deficiência, toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que possa gerar incapacidade para o desempenho de certa atividade, dentro do padrão considerado comum para o ser humano.

Conceitua-se incapacidade, uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa perceber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de alguma função ou atividade a ser exercida.

Saúde - as pessoas com deficiência receberão dos Órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, responsáveis pela saúde, tratamento prioritário e apropriado, além de outras medidas definidas em lei.

A pessoa com deficiência, além da assistência integral à saúde e a reabilitação, receberá gratuitamente órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, que complementem o atendimento e aumentem as possibilidades de independência e inclusão.

Educação - será dispensado tratamento prioritário e adequado as pessoas com deficiência, por meio dos órgãos e entidades da administração.

Habilitação e Reabilitação - são os processos instruídos a possibilitar que a pessoa com deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho, e participar da vida comunitária.

Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar dotados dos recursos precisos para atender toda pessoa com deficiência, independentemente da origem de sua deficiência, desde que possa ser preparada para o trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectivas de obter, conservar e nele progredir.

Trabalho - é finalidade fundamental da Política de Emprego. A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Na contratação de pessoas com deficiência, transitória ou permanente, devem ser utilizados procedimentos especiais, jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às especificidades das PPD.

- Empresas com 100 (cem) ou mais empregadas estão obrigadas a preencher de 2%-dois a 5%- cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitado ou pessoa com deficiência habilitada.

- Com cursos de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diploma legalmente reconhecido pelo Ministério da Educação.

- É direito de a PPD inscrever-se em concursos públicos com igualdade de condições entre os demais candidatos, desde que as atribuições para os cargos sejam compatíveis com a deficiência de que é portadora.

Cultura, Desporto, Turismo e Lazer - será dispensado tratamento prioritário e adequado às pessoas portadoras de deficiência para viabilizar e promover o seu acesso à cultura, ao lazer, ao turismo e ao desporto; os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta são responsáveis pelo cumprimento dessa determinação, no âmbito de suas competências.

Acessibilidade - para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta adotarão as devidas providências.

- Considera-se como acessibilidade, a possibilidade e condição de alcance da PPD, para a utilização com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos e esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

- Considera-se barreira, qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança de pessoas com deficiência.

3.2. A população com deficiência no município de Cedro de São João.

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada no município de Cedro de São João, na Avenida Manuel Dantas s/n, foi realizada uma pesquisa a cerca do índice das pessoas com deficiência que são assistidas e as que não são assistidas nos programas do município. Como mostra o levantamento, onde 119 pessoas com deficiência residem no meio urbano, que corresponde a 80,40 %. Sendo que 29 residem no meio rural, correspondente a 19,60%. Totalizando 148 pessoas com deficiência no município (Quadro 01).

Quadro 01: Pessoas com deficiência, segundo a localidade de moradia, no município de Cedro de São João (SE) – 2013		
Localidade da residência	Quantidade	%
Meio Urbano	119	80,40
Meio Rural	29	19,60
TOTAL	148	100,00

Fonte: Trabalho de campo, PMCSJ/SEMAS/MDS/BPC – Agosto de 2013.

De acordo com os dados apresentados no quadro 01 é possível afirmar que há um nível elevado de pessoas com deficiência que residem no município de Cedro de São João, tanto no meio urbano quanto no meio rural que anseiam por melhores condições de vida.

É importante salientar que diante de um grande número de pessoas com deficiência, poucas são assistidas e, além disso, são levados para outro município onde recebem a atenção que deveria ser prioridade para essas pessoas com deficiência na própria cidade, mas infelizmente a inserção dessas políticas não acontece como deviam acontecer.

São homens, mulheres e até mesmo famílias que no seu dia a dia correm atrás dos direitos para as pessoas com deficiência, mas na maioria das vezes não conseguem, em outros casos podem adquirirmas de maneira superficial, às vezes preconceituosa e sem apresentar os caminhos para a integração social.

Nos últimos anos a luta pela integração das pessoas com deficiência cresce na literatura brasileira, em varias áreas. Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, elas são amparados por lei, entretanto, em algumas cidades brasileiras a maioria dos deficientes acabam não tendo uma participação ativa na sociedade. Como podemos observar o município de Cedro de São João, por ter menos de 6 mil habitantes, possui um numero muito elevado de deficientes que necessitam ser incluídos nas políticas publicas do referente município. Não basta só integrar, é preciso saber o real significado de integração, para assim efetivá-la como ferramenta de transformação da sociedade. É um processo de direitos de todas as pessoas com deficiência, sem preconceitos, barreiras e discriminação.

Quadro 02: Pessoas com deficiência no município de Cedro de São João (SE) – 2013

Pessoas com Deficiência	Data de Nascimento	Idade	Endereço	Escolaridade	Deficiência
Pessoa 01	08/11/1995	18 anos	Rua Barão do Rio Branco, nº 211	EJAEF 1ª etapa	Deficiente Intelectual
Pessoa 02	10/07/1999	14 anos	Rua Antônio Batista S/N.	6º Ano	Surdez
Pessoa 03	02/04/1993	20 anos	Rua São José S/N.	6º Ano	Surdez
Pessoa 04	18/10/2000	13 anos	Rua Vereador Edézio Vieira de Melo S/N Cedro de São João.	Educação Especial Turma A	Encurtamento no membro inferior direito, microcefaleia, distúrbio de comportamento, dificuldade de aprendizagem. CID. Q02 + F72+F91
Pessoa 05	17/11/2003	10 anos	Rua Doutor João Santana, nº55 Cedro de São João. Bairro Boa Vista.	Educação Especial Turma A	Distúrbio de comportamento, encefalogramal.CID: 693.4+F91. O
Pessoa 06	02/01/1998	15 anos	Rua Santa Luzia, nº 73	Maternal e 1ª Série	Paralisia Cerebral.
Pessoa 07	27/10/1992	21 anos	Avenida Manuel Dantas, nº 584	Nível Médio	Deficiência Motora
Pessoa 08	05/01/1985	28 anos	Avenida Manuel Dantas, nº 599	5ª Série	Deficiência Física
Pessoa 09	19/06/1991	22 anos	Travessa Euclides Nunes, nº 100	Até 2º Ano Nível Médio	Deficiência Física

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Quadro 02 mostra que as pessoas com deficiência que residem no município de Cedro de São João, são jovens e adolescentes, nem todos concluíram os estudos porque não recebem o incentivo que deveriam receber, segundo porque as escolas não estão adaptadas, pois não dispõem de profissionais qualificados para trabalhar com vários tipos de deficientes.

Obstáculos existem para a efetivação, integração e inclusão educacional das pessoas com deficiência, entre eles, a falta de incentivo por parte dos familiares, despreparo dos professores, e a falta de recursos na educação pública, uma política efetiva de integração que viabilize planos integrados, de saúde, de acessibilidade, educação, cultura, esporte com objetivos e ações para integrar e resguardar o direito das pessoas com deficiência. É notório como mostra o quadro que a faixa etária de jovens com deficiência que não concluíram seus estudos, que anseiam pela efetiva inserção social nas escolas do referente município é de 10 a 28 anos.

Em análise aos questionários respondidos pelas pessoas com deficiência do município de Cedro de São João, quando se perguntou o que você entende por inclusão social? Demonstraram ter conhecimento sobre tal assunto.

Eis as respostas:

“É abrir oportunidades para aquelas pessoas que estão desconectadas das relações sociais dos seus direitos de cidadãos de participação na sociedade”.

“Saber colocar as pessoas com deficiência de maneira justa no mercado de trabalho e na sociedade,” “mundo”.

“Dá atenção ao deficiente como deve ser e não se afastar”.

De acordo com as respostas é fato que as pessoas com deficiência têm conhecimento sobre o que é ser incluído no meio social. Você sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação? Alguns responderam que sim “aleijo e bullying” e isso dificulta ainda mais o princípio da integração para as pessoas com deficiência no município.

Portanto entende-se que a população deveria ajudar na contribuição da integração possibilitando uma convivência harmoniosa entre as pessoas com deficiência. Mas não é o que se vêem quando se pergunta: Você está estudando atualmente? Apenas 01 respondeu que sim. Acompanhe as falas:

“Sim. Pois desejo conseguir um bom emprego”.

“Não. Parei de estudar há algum tempo e nem tive muito interesse para os estudos, nem estímulos na escola”.

“Não. Porque não tenho condições físicas e não tem escola apropriada para recebê-lo”.

Perguntamos ainda: Você está trabalhando? Apenas 01 respondeu sim. Eis as respostas:

“Não, porque não tenho condições de me locomover”.

“Não, no momento está difícil de ser inserida no mercado de trabalho”.

“Sim, sou autônomo, pois, preciso aumentar minha renda para sustentar minha família”.

Quais sugestões apresentam para resolver as dificuldades e por quê? Ambas responderam:

“Que fosse implantado rampas, que tivesse escolas próprias para as deficiências porque sofremos muito”.

“Lugares com barras de apoio para facilitar nossa locomoção”.

“Maior atenção para as pessoas com deficiência, organização nos acessos aos setores públicos e trabalhar para reinserir esses deficientes para o convívio comunitário”.

Realmente são visíveis diversas dificuldades enfrentadas por todas as pessoas com deficiência no seu cotidiano em que eles não têm como resolver a situação.

Ao serem questionados sobre preconceito e discriminação, apenas 02 responderam ter sofrido 01 sofreu “bullying” o outro “aleijão” um durante a infância e o outro após acidente onde perdeu partes do corpo.

Quadro 03: Pessoas com deficiência no município de Cedro de São João (SE) que são assistidas - 2013**Escola Estadual de 1º e 2º Grau Graccho Cardoso**

Pessoas com Deficiência	Data de Nascimento	Idade	Endereço	Escolaridade	Deficiência
Pessoa 01	08/11/1995	18 anos	Rua Barão do Rio Branco, nº 211.	EJAEF 1ª etapa	Deficiente Intelectual
Pessoa 02	10/07/1999	14 anos	Rua Antônio Batista S/N.	6º Ano	Surdez
Pessoa 03	02/04/1993	20 anos	Rua São José S/N.	6º Ano	Surdez

Projeto Escolarte Jardim da Mãe Clara

Pessoa 04	18/10/2000	13 anos	Rua Vereador Edézio Vieira de Melo S/N Cedro de São João.	Educação Especial Turma A	Encurtamento no membro inferior direito, microcefaleia, distúrbio de comportamento, dificuldade de aprendizagem. CID. Q02 + F72+F91
Pessoa 05	17/11/2003	10 anos	Rua Doutor João Santana, nº55 Cedro de São João. Bairro Boa Vista.	Educação Especial Turma A	Distúrbio de comportamento, encefalogramal. CID: 693.4+F91. O

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

De acordo com quadro 03 é notório perceber como se dá a fragilidade das políticas públicas, culminando com a falta de escolas adaptadas para receber as pessoas com deficiência, tendo que sair de seu município para receber atenção necessária em outra cidade. É perceptível um grande índice de pessoas com deficiência no município de Cedro de São João, e como mostra o quadro 03, poucas são assistidas em outro município.

É notória no município de Cedro de São João, a ausência de desenvolvimento e comprometimento com as pessoas com deficiência na educação. Assim, a integração educacional fica fragilizada, pois é no cotidiano, na sala de aula, que a prática pedagógica, entrelaçada por valores, preconceitos, conceitos, e estereótipos se efetiva. Pronunciado de outra forma, dependendo do olhar que o pedagogo tem do aluno com deficiência, ele pode articular uma barreira na relação professor-aluno e podendo afetar o processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, é relevante auxiliar os educadores a refletirem sobre a integração educacional e, assim, cooperar com o profícuo acolhimento da diversidade no ensino regular.

A escola Projeto Escolarte Jardim da Mãe Clara, surgiu a partir da necessidade de implantações sociais para assistir crianças, jovens e adultos que necessitam de uma atenção especializada e pessoas de baixa renda abrangendo todo o baixo São Francisco, com as atividades nas áreas de educação, esporte, cultura, formação religiosa arte e cidadania vem desenvolvendo o seu papel na construção da integração das pessoas com deficiência, oferecendo uma atenção especial para com elas, dando-lhe oportunidade de mostrar suas habilidades. Foi relatado pelos responsáveis da Escola Projeto Escolarte, que a prefeitura do município de Cedro de São João, disponibiliza transporte para locomoção das pessoas com deficiência física. Dando sua contribuição na integração dos mesmos na sociedade. Mas causando uma grande lacuna na educação municipal, uma vez que: o município não dispõe desses serviços.

De acordo com os índices apresentados no quadro 03 A Escola Estadual de 1º e 2º Grau Graccho Cardoso, situada na Rua do América II S/N, no bairro América em Propriá/SE, desenvolve um relevante papel para as pessoas em estado de vulnerabilidade ou pobreza extrema, onde é uma porta aberta para as pessoas do próprio município como também outros municípios circunvizinhos.

Podemos citar o exemplo das pessoas com deficiência do município de Cedro de São João que são assistidas nessa escola podendo adquirir um ensino de qualidade e um ótimo

processo de socialização. Na referida escola são desenvolvidas aulas de artesanato, cultura, cidadania, ensino religioso e informática.

A escola desenvolve um excelente trabalho, inserindo pessoas com deficiência, oferecendo um importante suporte no seu quadro educacional frente à sociedade, promovendo um dinâmico processo de integração social.

3.3A efetivação do processo de integração das pessoas com deficiência em Cedro de São João.

O município de Cedro de São João, por não ser tão assistido pelas políticas públicas apresenta um grande índice de pessoas com deficiência que desejam manter um fortalecimento no convívio familiar e em sociedade, mas o que de fato acontece é que o município não está apropriado para integrar os deficientes na sociedade deixando essas mazelas cada vez mais se fortalecer.

As perguntas relacionadas abaixo foram aplicadas aos pais e familiares dos deficientes do município de Cedro de São João, onde se perguntava:

Quais os direitos negados as pessoas com deficiência? Apenas 02 responderam. Acompanhe as falas:

“Prioridade nos órgãos públicos e privados, inserção em projetos sociais de habitação e desenvolvimento familiar dentre outros”.

“Acompanhamento médico que só tem quando adoecer”.

Perguntamos ainda: Diante das condições disponíveis para as pessoas com deficiência no município de Cedro de São João, qual a que mais deseja ver implantado e por quê? Ambas responderam:

“O que seria mais acessível até mesmo dentro das possibilidades do município um setor que possibilite a inserção das pessoas com deficiência a um convívio familiar e comunitário com participação clínica e social nas atividades”.

“Assistência médica, mais acompanhamento da parte social que não tem”.

Continuamos ainda: A deficiência apresentada pelo filho é um empecilho para o mesmo trabalhar?

“Sim, porque o deficiente não tem condições de se locomover”.

“Sim, a deficiência gerou dificuldades nas realizações de determinadas atividades, pois este por sua vez acabou perdendo parte dos seus membros”.

Essas foram às perguntas feitas aos pais e familiares dos deficientes onde se pôde chegar a uma conclusão de que realmente no município de Cedro de São João a integração das pessoas com deficiência não acontece de forma satisfatória, como também na maioria das vezes os deficientes sofrem discriminação e preconceito.

Para que o município tenha um bom resultado a cerca da integração das pessoas com deficiência, é preciso que o trabalho em rede demanda refletir sobre as forças que transformam o processo profissional, estabelecendo uma estreita relação entre articulação, exercício e atendimento. Tornando-se um elemento indispensável para o bom funcionamento das políticas públicas, diminuindo todas as problemáticas que estão envolto a essa realidade. E, para que o trabalho em rede aconteça, precisamos nos solidarizar com as adversidades humanas, propagando todo esse processo de forma eficaz e construtiva, na tentativa de encontrar meios de ajudar a todos os deficientes e, além disso, buscar inserir nas escolas profissionais qualificados para trabalhar com as diversas deficiências existentes.

A pesquisa em campo foi enriquecedora quando os deficientes, os pais e familiares participaram relatando o que precisa ser trabalhado para melhorar a qualidade de vida de todos os deficientes, além disso, o município precisa de uma equipe de profissionais qualificados para atender os deficientes nas escolas.

4. À GUIZA DA INTEGRAÇÃO POSSÍVEL

A partir da análise do estudo, conclui-se que no município de Cedro de São João, poucas são as mudanças ocorridas para a integração das pessoas com deficiência, no município havendo um grande índice de deficientes. E que há a necessidade de implantar políticas voltadas para esse público, com destaque para a ausência de infraestrutura adequada em várias áreas no município de Cedro de São João, diante do número significativo de pessoas com deficiência.

Consta que vários desses deficientes sofrem graves discriminações e são totalmente excluídos do convívio social. Para os deficientes pode ocasionar a não interação com outros indivíduos em meio à sociedade. São homens e mulheres, que em seu dia a dia lutam por melhores condições de vida e que desejam ver a inserção dos seus direitos colocados em prática.

De modo geral é necessária a adoção de ações efetivas voltadas ao desenvolvimento de programas que assegurem às pessoas com deficiência, um ambiente saudável e seguro que consentirá a essas pessoas a possibilidade de desenvolver atividades com mais autonomia e responsabilidade. Nesse contexto é notório que o município de Cedro de São João apresenta lacunas significativas e deixa a desejar na execução das políticas públicas, sendo que o papel do Estado, nas três esferas, é proteger e assegurar seus direitos, ainda não cumprem suas responsabilidades para com as pessoas com deficiência e seus familiares.

Assim, é de fundamental importância que todos se sensibilizem e se conscientizem que o problema existe em diferentes níveis sociais, culturais e estruturais do município, e da sociedade como um todo. O papel de conscientização e compromisso é de todos. Sendo indispensável que a população procure cobrar a execução de ações efetivas e eficazes que atendam as demandas sociais, para superar grande parte das lacunas existentes no município.

Um segundo ponto que se destacou está relacionado à família das pessoas com deficiência, no qual cada um tem um papel importante na construção e execução da integração na sociedade. E não restam dúvidas para afirmar que o deficiente dentre todos é o mais prejudicado, por sofrer discriminação e preconceito até por parte de seus familiares. Porém pode levar sequelas ao longo da vida.

A acessibilidade no município de Cedro de São João é um fenômeno atual na maioria das instituições, onde são poucas as instituições que adotaram rampas para melhorar a locomoção dos mesmos.

Completando as etapas de construção do trabalho é importante ressaltar que para desenvolver a pesquisa de campo foi preciso a aplicação de questionários com os deficientes no município citado. E, por meio desta foi revelado que de modo geral os entrevistados por parte dos familiares têm um conhecimento parcial acerca dos seus direitos e das pessoas com deficiência, e sofrem com o preconceito e a falta de integração tanto por parte das políticas públicas quanto da sociedade.

É constante falar em direitos na atualidade, direitos humanos (dos idosos, das crianças, dos deficientes, dos consumidores), mas o que se percebe é o individualismo e o desrespeito ao direito do próximo, ou melhor, de ir e vir, de viver de acordo com sua ideologia de vida, contrariando os padrões que a sociedade impõe. A ética, a moral e os bons costumes estão sendo desvalorizados, e com isso enfraquecem os vínculos afetivos tornando as relações sociais fragilizadas onde laços de respeito e solidariedade perdem seu sentido e importância.

Uma das soluções para evitar a falta de integração é construir locais apropriados para receber essas pessoas, proporcionar programas que possam ser inseridos na comunidade, escolas adaptadas, profissionais qualificados, para que eles não precisem sair de seu município para ter uma educação satisfatória mediante a sua necessidade.

Para que a integração aconteça, é preciso que as escolas e demais instituições sociais e assistentes sociais tenham um papel importante de intervir e orientar as famílias, de seus direitos. O Serviço Social pode contribuir, no enfrentamento da falta de integração, desenvolvendo ações críticas e objetivas, que esclareçam os direitos aos cidadãos, como por exemplo:

- A atuar junto à família na conscientização plena de seus direitos;
- Participar de equipe multidisciplinar da elaboração de programas que visem prevenir o preconceito e a discriminação, prestando esclarecimento e informações sobre o que é deficiência e as demais questões de saúde pública;
- Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas para a efetiva inclusão da educação especial em sua cultura, projeto político-pedagógico e cotidiano;

Todas essas possibilidades podem contribuir positivamente para modificar a realidade das pessoas com deficiência, e permitir a integração dos mesmos no convívio social.

Para que o município desenvolva um resultado satisfatório a cerca da integração das pessoas com deficiência, é necessário trabalhar em conjunto na tentativa de encontrar meios de ajudar a todos os deficientes e, além disso, buscar inserir nas escolas profissionais qualificados para trabalhar com as diversas deficiências existentes.

A pesquisa de campo foi enriquecedora, pois passamos a adquirir um conhecimento específico sob essa temática e também quando os deficientes, os pais e familiares participaram relatando do que precisa ser trabalhado para melhorar a qualidade de vida de todos os deficientes, além disso, o município precisa de uma equipe de profissionais qualificados para atender os deficientes e familiares em todo segmento social.

A principal contribuição da pesquisa foi verificar como a questão da integração das pessoas com deficiência se manifesta na sociedade cedrense. Contribuindo para alertar seus gestores sobre um número elevado de pessoas com deficiência no município de Cedro de São João, sobre tudo os mesmos demonstraram-se interessados em desenvolver ações voltadas para o esclarecimento e provável intervenção desta problemática.

Por fim, a base para uma integração livre de preconceito e intolerância sendo que as diferenças aconteçam em primeiro lugar por parte da família e devam ser aperfeiçoadas na comunidade é interessante que as pessoas com deficiência venham por iniciativa própria repelir atos de discriminação que levam as situações de desigualdade e dominação, para que estes não sofram calados e tenham discernimento das consequências evitando assim serem vítimas inconscientes de seus próprios atos, até mesmo sem perceber, mas para isso é necessário à intervenção das políticas públicas por via das instituições que competem para essa problemática, dando atenção especial às práticas de acessibilidade, que constitui matéria-prima do processo de integração.

Sobretudo é lamentável que nos dias atuais ainda existam discriminação e preconceito sobre as pessoas com deficiência, porque não pediram nem escolheram tal problema.

Devemos ter um olhar diferenciado para com essas pessoas, porque precisam lutar em busca dos seus direitos, pois sabemos que muitas vezes essa caminhada tornou-se uma luta árdua. Entretanto, após a Constituição de 1988, todos, independentemente de etnia, religião e sexo, devem ser tratados com total qualidade e equidade, em que dessa forma permeará o processo de integração para uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, João Vitor. e AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **Sociedade, segregação social e deficiente visual.** Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1737/1654>. Acesso em 25.10.2013, às 14hs20min.

ALOISI, Hilda Maria. Inclusão - Construindo uma sociedade para todos. In: **Fundo de População das Nações Unidas**, Notícias, Sex, 11 de Setembro de 2009. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=159:inclusao-construindo-uma-sociedade-para-todos&catid=1:noticias&Itemid=4. Acesso em 25.05.2012.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

DARCANCHY, Mara Vidigal. Teletrabalho e Acesso das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais ao Meio Ambiente do Trabalho. In: **Revista Justiça do Trabalho**, a. 23, nº 865, Porto Alegre: HS Editora, Janeiro/2006 n.p..

FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier et al. **Políticas de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites.** [s.l.; s.n.], 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho.** - 38. Ed.- São Paulo: Cortez, 2013.

LEMOS, Anna Calorina de. [et. al.]. **Integração dos portadores de necessidades especiais ao ambiente de trabalho.** Projeto de extensão. Departamento de Psicologia do Centro Universitário de Maringá – Cesumar, Maringá – Paraná. 2008. 04pp. Disponível em: http://www.cesumar.br/curtas/psicologia2008/trabalhos/INTEGRACAO_DOS_PORTADORES_DE_NECESSIDADES_ESPECIAIS_AO_AMBIENTE_DE_TRABALHO.pdf. Acesso em 20.05.2012.

LÚCIA, M. **Direitos e deveres das pessoas com deficiência.** Disponível em: <http://www.exerciciodorespeito.com.br/blog/?p=83> Acesso em: 20.05.2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 22.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

PANTALEÃO, Sérgio Ferreira. **Contratação de portador de deficiência – quando é obrigatória?** (2011). Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/tematica/portador_deficiencia.htm. Acesso em: 21.04.2012.

PINTO, Maira Meira. **Responsabilidade social em universidade comunitária**: novos rumos para a educação superior. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

RAMALHO, Cristina Ednéia Souza; REZENDE, João Batista. Dificuldades da inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. **Revista Científica Eletrônica**, ano IV, n. 08, out. 2006.

REGINA, Maria Cazzaniga Maciel. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**. São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext. Acesso em 06 de outubro de 2013.

RIBAS, João Batista Cintra. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Idárquia S.; REIS, Iracilda A. S.; ROCHA, Luana L. R.. **A inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho no município de Estância /SE**. Texto original da monografia de conclusão de curso em Serviço Social. Estância: Unit, 2012, 45pp.

SANTOS. Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. In: **Physis**: Revista de Saúde Coletiva [online]. vol.18 nº.3. Rio de Janeiro, Set. 2008, pp. 501-519. ISSN 0103-7331. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312008000300008>. Acesso em: 05.10.2013 às 15hs30min.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____, **Vida independente**: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia. São Paulo: Revista Nacional de Reabilitação, 2003.

SKAF, Eliane. (et all). **Guia dos direitos das pessoas com deficiência**. 2ª edição. São Paulo, 2007. Disponível em: http://parkinson.org.br/imagens/guia/guia_direito.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2013.

SOUZA, Mara Rúbia; KAMIMURA, Ana Lucia Martins. **Pessoas com deficiência e mercado de trabalho**. In: Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca, 2010. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100024&script=sci_arttext. Acesso em 04 de outubro de 2013.

TORMIN, Genaura. **O deficiente físico a luz da lei**. (2009). Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/614333>>. Acesso em 20.04.2012.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília: Senado Federal, 2008. Brasília: Senado Federal, 2008.

_____. Lei nº 7853, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência corde. Diário Oficial da União de 25 de Outubro de 1989. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/cieh/doc/lei_7853_89.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília – Senado Federal, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília – Senado Federal, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>.

_____. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Brasília, 1993; Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência. – Brasília: Câmara dos Deputados Coordenação de Publicações, 2006. 267 p. – (Série fontes de referencia, Legislação; n.73).

_____. **Lei 7.752/89**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. Brasília, 1989a.

_____. **Lei n. 7.853/89**. Integração da pessoa portadora de deficiência física. Brasília, 1989b.

_____. **Lei 8.112/90**. Assegura às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras. Brasília, 1990.

_____. **Lei 8.160/91**. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Brasília, 1991a.

_____. **Lei n. 8.213/91**. Obrigatoriedade para as empresas de contratação de PPD e de reabilitados estabelecendo cotas. Brasília, 1991b.

_____. **Lei 9.249/91**. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas – Doações dedutivas de até 2% - destinatário da doação seja uma entidade civil sem fins lucrativos, com título de utilidade pública federal, que preste serviços gratuitos em benefício da comunidade em que atua. Brasília, 1991c.

_____. **Lei n. 8.742/93**. Organização da Assistência Social. Brasília, 1993.

_____, **Decreto 3.298/99**. Regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1999.

_____, **Lei 10.048/00**. Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo. Brasília, 2000a.

_____. **Lei n. 10.098/00**. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2000b.

_____. **Decreto nº. 3.956/2001**. Institui a Lei de cotas no Brasil. Brasília, 2001.

_____. **Deficiências físicas**: a Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho. MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho - Brasília/DF – 2001. Disponível em: <http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-fisica-tipos-edefinicoes_12.html>. Acesso em: 21.04.2012.

_____. **Decreto 5.296/04**. Regulamenta as Leis 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2004.

_____. **Lei 10.845/04**. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2004.

_____. **IBGE. Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acessado em: 22 de outubro de 2011.

ANEXOS

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Roteiro de Entrevista Nº1

(Pessoa com deficiência física do município de Cedro de São João.)

Data da entrevista: ____/____/____

01. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Sexo: ()Mas. ()Fem. - Estado civil: _____ - Grau de Instrução: _____

02. Localidade da residência:

() Cidade () Povoado. Há quanto tempo mora no local que reside: _____ (Anos/meses)

03. Você está estudando atualmente? () Sim () Não.

Se sim, qual o objetivo/até aonde deseja chegar? _____

Se não, por quê? _____

04. Você sofre o já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação? () Sim () Não.

Se sim, qual o tipo? _____

05. Nos locais públicos que frequenta como praças, igreja, escola você encontra alguma dificuldade de acesso/locomoção? () Sim () Não.

Se sim, indicar quais as dificuldades: _____

06. Qual(is) sugestão(ões) apresenta para resolver as dificuldades e por quê? _____

07. No momento está trabalhando ou já trabalhou? () Sim () Não.

Se sim, qual a atividade e por quê? _____

Se não, por quê? _____

08. O que entende por inclusão social para pessoas com deficiência? _____

09. Você se sente excluído da sociedade? () Sim () Não. Justifique a resposta: _____

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Roteiro de Entrevista Nº 2

(Família das pessoas com deficiência física no município de Cedro de São João.)

Data: ____/____/____

01. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Condição familiar: () Pai () Mãe () Outro parentesco.

Estado civil: _____ Grau de Instrução: _____

01. Qual(is) a(s) deficiência(s) que o filho ou parente apresenta? _____

02. O filho ou parente deficiente recebe atenção e/ou tratamento do Estado? () Sim () Não.

Se sim, qual(is) o(s) tipo(s) de atenção e/ou tratamento que recebe? _____

Se não, por quê? _____

03. O filho/parente com deficiência está trabalhando ou já trabalhou? () Sim () Não.

Se sim, qual a atividade e por quê? _____

Se não, por quê? _____

04. A deficiência apresentada pelo filho/parente foi ou é um empecilho, para o mesmo trabalhar?

() Sim () Não. Justifique a resposta: _____

05. Você conhece os direitos sociais que tem a(s) pessoa(s) com deficiência de sua família?

() Sim () Não. Justifique a resposta: _____

06. Qual(is) direito(s) é(são) negado(s)a(s) pessoa(s) com deficiência de sua família? _____

07. Diante das condições de atenção para as pessoas com deficiência disponíveis/existentes no município de Cedro de São João, já aconteceu algum tipo de constringimento? () Sim () Não.

Se sim, qual o tipo e por quê? _____

Se não, por quê? _____

08. Diante das condições disponíveis/existentes para as pessoas com deficiência no município de Cedro de São João, qual a que mais deseja ver implantada e por quê? _____

DECLARAÇÃO

Eu **Carlos Alberto Dantas dos Santos**, brasileiro, solteiro, residente no Conjunto Tancredo Neves em Porto Real do Colégio, Alagoas, graduado em **Letras - Espanhol**, pela Faculdade de Formação de Professores de Penedo, com diploma registrado sob o nº 424 às Fls.43 do Livro 04 e Pós-Graduado em **Língua Espanhola** pela Faculdade "Pio Décimo", com diploma registrado sob o nº 2448 às Fls. 1397 do Livro 20. Fiz a correção ortográfica e textual do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social das alunas: **Gilmaci Alves de Souza, Gizelly Melo de Santana, Tamires Matias da Silva** estando este devidamente corrigido e em perfeito estado para ser entregue ao acervo da Universidade Tiradentes – UNIT.

Porto Real do Colégio – AL 13/12/2013

Carlos Alberto Dantas dos Santos

Assinatura do Declarante